

Assinatura do jumbo já sofreu três adiamentos

JAN 1984 Valter Melo

O atual grande empréstimo de US\$ 6,5 bilhões que o governo brasileiro está negociando com os bancos internacionais (cerca de oito centenas) vem sofrendo adiamentos desde dezembro. Em princípio, havia a intenção de fechar o negócio em 15 de dezembro de 83, mas as expectativas oficiais foram se frustrando e as dificuldades aumentaram.

O presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, começou a declarar que o empréstimo "jumbo" seria assinado até quatro de janeiro de 1984, data-limite para que os banqueiros não declarassem o "déficit" do Brasil, considerando o País inadimplente.

Mas o "default" não veio, de certo porque os bancos acharam melhor a prudência, porque se aperceberam que o dinheiro que emprestariam ao devedor nem sairia de seu caixa. E o caso dos grandes bancos, os mais compromissados com a dívida brasileira, que deve girar pela casa dos US\$ 100 bilhões. Como a data-limite de quatro de janeiro passou e o "default" não foi declarado, a situação também não chegou a ser resolvida. Resultado: os atrasados do Brasil no mercado financeiro internacional somam US\$ 3 bilhões. Em consequência, o governo brasileiro fechou o seu caixa no dia 31 de dezembro no "vermelho".

Então, o presidente do comitê de assessoramento da dívida brasileira, William Rhodes, marcou para o dia 16 último a data para a assinatura do empréstimo-jumbo, porque ele acreditava que até lá os demais bancos entrariam com sua cota para completar os US\$ 6,5 bilhões pretendidos pelo Brasil. Antes disso, não liberaria os US\$ 3 bilhões de adiantamento, como de fato não liberou. A data foi postergada para dia 17, depois para dia 18. Pode ser que seja realmente dia 18, porque faltam apenas algumas poucas dezenas de dólares.

Mas já existe uma data seguinte, dia 23, segunda-feira da semana posterior a que começa amanhã. De forma que a dívida externa brasileira se transformou numa "novela econômica" em que são contadas cifras astronômicas.

O embaixador norte-americano, Diego Asencio esteve no último dia dez com o ministro do Planejamento, Delfim Netto, quando descartou qualquer ajuda de seu governo ao Brasil. Esta ajuda seria, primeiro, pressionar os bancos pequenos e médios dos Estados Unidos no sentido de completar a sua cota, imediatamente. Segundo, o Tesouro americano seria levado a empreender um "empréstimo-ponte" de US\$ 3 bilhões para possibilitar ao Banco Central pagar os atrasados desde quatro de outubro de 1983 e zerar as contas. A última vez que o Brasil pagou juros da dívida foi em 19 de dezembro, quando o mercado financeiro pôde detectar US\$ 540 milhões que jorraram nas contas atrasadas anteriores a quatro de outubro. A partir daí, nada mais. Mas o governo norte-americano acha que fez muito, quando o Fundo de Reserva Federal aceitou que o sistema permitisse que cada banco ultrapassasse o limite de 10 por cento de sua carteira de crédito compromissada com um único credor, no caso Banco Central do Brasil.

Mas essa liberalidade não contribuiu no sentido de romper a incredulidade da maioria dos bancos provincianos dos Estados Unidos em relação ao Brasil. E o impasse continua.